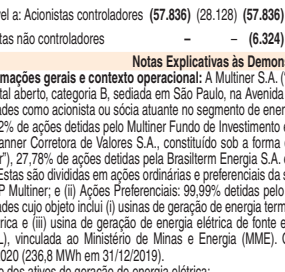
Multiner S.A.

CNPJ nº 08.935.054/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Sobre o Relatório: A Multiner S.A. (a "Multiner" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as respectivas informações contábeis acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (o "Período 4º ITR"). As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme o Comitê de Pronunciamento Técnico (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), de acordo com o requerido pela Instrução CVM nº 457 de 13 de julho de 2007. Exceto onde indicado o contrário, as informações são apresentadas em bases consolidadas, em milhares de Reais ("R$") e incluem as controladas diretas e indiretas da Companhia e suas respectivas filiais, se for o caso. Em atendimento à regulamentação aplicável e às melhores práticas de governança corporativa, a Companhia disponibiliza as informações através da área de Relações com Investidores, pelo e-mail (ri@multiner.com.br), no site corporativo (www.multiner.com.br) e por relatórios trimestrais e anuais enviados para a Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") disponíveis no site www.cvm.gov.br. **Mensagem da Administração**: A Diretoria, na constante busca de melhoria, vem aprimorando seus controles e melhorando os sistemas de gestão operacional e administrativo, implantando softwares e hardwares que possibilitam maior confiabilidade nos registros e processos contábeis, fiscais e financeiros. A Companhia visa a total transparência e segurança das informações. Nesse sentido, há forte atuação na gestão de *Compliance*, evidenciado pelo Código de Ética, auditorias periódicas, canal de denúncia, relatórios de controles internos, normas e políticas, dentre outros. Em 2020 foi realizado o projeto de implantação do sistema de gestão de qualidade, envolvendo todos os processos de trabalho da Companhia, que permeia por todas as áreas, desde o operacional até a contabilização dos resultados. Desta forma, fica explícito em regulamentos, procedimentos e registros, o seguinte: O que, Quando e Quem deve realizar cada atividade. Desde o início do período de quarentena ocasionado pela pandemia da COVID-19, foi constituído o Comitê de Gestão de Crises, formado pela Diretoria e por gestores. Tal Comitê desenvolveu planos de contingências visando a segurança e saúde e o bem-estar dos trabalhadores, em estrito atendimento aos protocolos estabelecidos pela OMS (Organização Mundial da Saúde) e pelas autoridades brasileiras. Adicionalmente, a Companhia implementou, em outubro de 2020, o Plano de Retomada Consciente das atividades presenciais, com responsabilidade na segurança e atendimento às orientações e determinações dos órgãos locais competentes, para os colaboradores que se encontravam exclusivamente na modalidade de teletrabalho. Algumas ações externas também foram realizadas junto aos fornecedores e credores, como por exemplo a postergação de alguns pagamentos, que geraram 15 ações para retenção de caixa, o que ajudou a mitigar os possíveis efeitos econômicos da COVID-19 na Companhia. Estas ações implantadas resultaram na economia de aproximadamente R$ 386 mil e postergação de R$ 44,0 milhões entre os meses de maio a dezembro de 2020 referente às parcelas de principal e juros do financiamento do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"). Os pagamentos serão retomados a partir de janeiro de 2021. No que diz respeito à operação Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA") foi mantido um ótimo desempenho operacional durante o ano, chegando à disponibilidade média de 99,9%. Mesmo com o projeto de conversão e manutenções corretivas e programadas, ao longo de 2020 sua geração líquida se manteve conforme obrigação contratual, sendo de 64,9 MW médios. Já a New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") gerou 37,5 MW médios não sendo possível atingir a obrigação contratual de 43,6 MW médios, acarretando uma glosa de R$ 32,8 milhões, perda esta em função da oscilação dos ventos na região nordeste do país. Apesar do impacto no fluxo de caixa de 2021 a usina conseguirá arcar com 100% de suas despesas operacionais e financeiras. A receita líquida acumulada de janeiro a dezembro de 2020 foi de R$ 247,9 milhões, superior em 6% comparado ao mesmo período do ano anterior. O EBITDA ajustado* acumulado até 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 179,9 milhões, apresentando elevação de 15%. Nosso fluxo de caixa operacional se manteve positivo, principalmente em função das boas práticas de gestão realizadas pela Diretoria, superando e melhorando a performance operacional em RAESA e NEO. Um dos principais desafios da Diretoria atual são as renegociações das dívidas. Em NEO, os contratos encontram-se adimplentes e seguindo a curva de amortização dos contratos vigentes. Em RAESA, os contratos das dívidas com a Fundação Celos estão adimplentes, conforme curva de contrato vigente. Existem dois outros credores da RAESA, as Fundações Prece e Postalis, que encontram-se adimplentes em virtude da assinatura de um "*stand still*" que está vigente e estão sendo pagas mensalmente. A Diretoria continua em tratativas para renegociar as dívidas de RAESA, sendo que ainda não foi possível concluir um acordo entre as partes. O plano de reestruturação foi apresentado aos credores, discutido amplamente e atualmente as Fundações estão analisando as propostas enviadas. **Governança Corporativa - Estrutura de Governança:** A Administração da Companhia é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. O Conselho de Administração é composto por cinco membros, com mandatos de um ano e a Diretoria, por até cinco membros, com mandatos de dois anos, tendo atualmente 2 diretores em exercício. Adicionalmente, a Companhia mantém um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros, com mandatos de um ano. Há outros comitês, como de Ética. Para conhecer as competências e os currículos dos Conselheiros e Diretores Executivos da Companhia, consulte o site www.multiner.com.br, na seção Relações com Investidores. **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração da Companhia, conforme previsto no seu Estatuto Social, reúne-se ordinariamente a cada três meses, em dia que vier a ser definido pelo próprio Conselho de Administração e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou Vice-Presidente ou por, no mínimo, dois de seus Conselheiros. No ano de 2020, devido aos desafios da Administração, foram realizadas reuniões em todos os meses do ano. Em dezembro de 2019 foi aprovado um calendário para o ano de 2020 com uma agenda temática, a qual foi seguida pelos Conselheiros, com certas inclusões necessárias. No ano de 2020, o Conselho de Administração sofreu uma alteração devido a renúncia do Sr. Fernando Chein Muniz ao cargo de Presidente do Conselho e a eleição do Sr. Edésio Alves Nunes Filho para preencher o cargo vago. Assim, o quadro de Conselheiros ao final de 2020 encontra-se composto pelos seguintes membros: (a) Sr. Edésio Alves Nunes Filho, eleito membro titular na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 15 de dezembro de 2020, e nomeado Presidente do Conselho de Administração em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de dezembro de 2020; (b) Sra. Chiara Sonego Bolognesi Gargano, reeleita membro titular na Assembleia Geral Ordinária realizada em 09 de junho de 2020 ("AGO 2020"); (c) Sr. Rodrigo de Carvalho Pinto Bueno, reeleito membro titular na AGO 2020, e reeleito Vice-Presidente do Conselho de Administração na Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de agosto de 2020; (d) Sr. Carlos Eduardo Lessa Brandão, reeleito membro titular na AGO 2020; e respectivo membro suplente Carlos Alberto Ercolin, reeleito na AGO 2020; e (e) Sr. Eduardo Moniz de Carvalho e Miranda, reeleito membro titular na AGO 2020. Havendo vacância do membro titular, o suplente, se houver, ocupará a posição até a primeira Assembleia Geral. O eleito irá preencher o cargo até que se finde o prazo do Conselheiro substituído. **Diretoria:** O quadro da Diretoria também sofreu ajustes com a renúncia do Sr. Edésio Alves Nunes Filho, em dezembro de 2020 ficou composto da seguinte forma: (i) o Sr. Ronan Nogueira Dias, Diretor Presidente eleito na Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de dezembro de 2020; (ii) o Sr. Emiliano F. Stipanicic Spyer, Diretor de Relações com Investidores com atribuições jurídicas reeleito na Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de maio de 2019. Em 13 de janeiro de 2021, o Sr. Juraj Vajda apresentou renúncia ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia. Assim, a Companhia prospectou no mercado a contratação de um novo Diretor Financeiro. Em seguida, o Sr. André Tavares Paradizi foi eleito em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, como o novo Diretor Financeiro da Companhia, o qual tomou posse do seu cargo em 18 de março de 2021. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia tem funcionamento permanente e seus Conselheiros são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas. Em dezembro de 2020, o Conselho Fiscal estava composto por 5 membros titulares e 1 suplente, quais sejam: (i) o Sr. Eduardo Georges Chehab; (ii) a Sra. Claudia Almeida Santos; (iii) o Sr. Geraldo Ferreira dos Santos; (iv) Fábio Antônio Pereira, todos os quais foram reeleitos na AGO 2020; e (v) o Sr. Luiz Felipe Dutra de Sousa, eleitos na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 09 de outubro de 2020. Este Conselho tem como competência fiscalizar os atos da Administração da Companhia e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. **Estrutura Acionária:** A estrutura acionária da Companhia, de forma consolidada, é formada por (i) 72,22% de ações detidas pelo Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Polo Capital e administrado pela Planner Corretora de Valores S.A., constituído sob a forma de condomínio fechado por entidades fechadas de previdência complementar (o "FIP Multiner"), (ii) 9,38% de ações detidas pela Brasilterm Energia S.A. e (iii) 18,40% de ações detidas pela Bolognesi Energia S.A. (em conjunto com a Brasilterm Energia S.A., o "Grupo Bolognesi"). Estas são divididas em ações ordinárias e preferenciais da seguinte forma: (i) Ações Ordinárias: 17,53% detidas pela Brasilterm Energia S.A., 34,38% detido pela Bolognesi Energia S.A., 48,09% detido pelo FIP Multiner; e (ii) Ações Preferenciais: 99,99% detidas pelo FIP Multiner e 0,01% detidas pela Bolognesi Energia S.A.

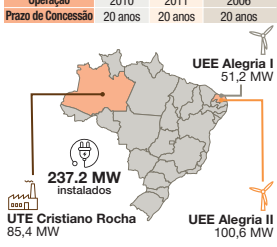


Compliance: Ao longo do ano de 2020, reforçamos nossos controles internos para identificar e mitigar possíveis fragilidades na Companhia. Revisamos o Código de Ética e apresentamos novas versões, tanto em vídeo quanto em formato lúdico. Estruturamos a implantação de um Sistema de Gestão Integrada (SGI) baseado nas normas ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade), ISO 14001 (Sistema de Gestão do Meio Ambiente) e ISO 31000 (Sistema de Gestão de Riscos). A implantação desse sistema, realizado com o apoio de consultoria especializada, terá como resultados a produção de Políticas, Procedimentos e Instruções de Trabalho para toda a Companhia, bem como a implantação de indicadores de gestão, processo de gestão de mudanças, gestão à vista, gestão de riscos e PDCA. O programa de Compliance da Companhia está alicerçado nas melhores práticas de mercado observando os requisitos da ISO 19.600 (Sistema de Gestão de Compliance), ISO 37.001 (Sistema de Gestão Antissuborno) e Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). A estrutura do Programa de Compliance da Companhia é composta das seguintes linhas estratégicas: Avaliação de Riscos, Estruturação de Papéis e Responsabilidades, Código de Ética, Elaboração de Políticas e Procedimentos de Gestão de Controles Internos e Gestão de Canal de Denúncias, o qual foi implantado em 2017 e desde então foi formado um comitê interno, "Comitê de Ética e Compliance", de caráter permanente e auxiliar à Diretoria Executiva da Companhia. A Multiner é membro do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e participa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos e da Comissão Jurídica, por meio do Diretor de RI.

Perfil da Companhia

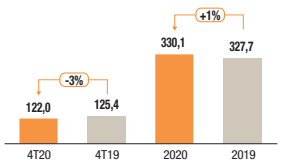
Portfólio

Usina	UEE Alegria I	UEE Alegria II	UTE Cristiano Rocha
Capacidade Instalada (MW)	51.15	100.65	85.4
Matriz de Geração	Eólica	Eólica	Termelétrica
Localização	Guamaré/ RN	Guamaré/ RN	Manaus/ AM
Participação Multiner	80%	80%	99.9%
Fabricante	Vestas	Vestas	Wärtsilä
Contrato	Eletrobrás	Eletrobrás	Amazonas GT
Início de Operação	Dezembro 2010	Dezembro 2011	Julho 2006
Prazo de Concessão	20 anos	20 anos	20 anos

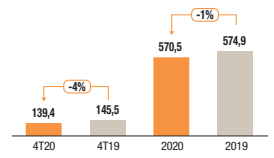


A Companhia possui três ativos em operação, com 237,18 MW de capacidade de total instalada, distribuídas em geração termelétrica e eólica. A termelétrica RAESA conhecida por (UTE Cristiano Rocha) localizada na cidade de Manaus/AM e com capacidade total instalada de 85,38 MW, e teve início em operação em maio de 2005. A RAESA possui contrato de exclusividade no fornecimento de energia para Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A., com vigência até 2025. A usina é composta por cinco conjuntos motogeradores Wärtsilä 18V46-GD, com capacidade unitária de 17,076 MW. Utiliza gás natural como combustível principal e óleo combustível pesado como secundário. Atualmente está em processo de conversão dos motores para ser exclusivamente a gás natural. A Eólica NEO possui dois parques eólicos Alegria I e II, tem capacidade total instalada de 151,80 MW e está localizada na cidade de Guamaré/RN. Está em operação comercial desde dezembro de 2010 (Alegria I) e dezembro de 2011 (Alegria II). O complexo Alegria está inserido no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFA") e possui contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements - PPAs*), com vigência até 2030 com a Eletrobrás. **Destaques:** Abaixo destacam-se alguns indicadores da Companhia, expressos através de gráficos, com comparativos trimestrais e anuais.

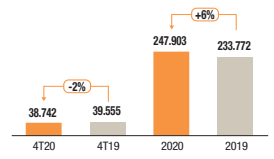
Energia Líquida Gerada (Gwh)
Complexo Eólico Alegria - NEO



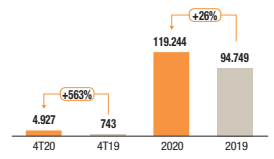
Energia Líquida Gerada (Gwh)
Termelétrica - RAESA



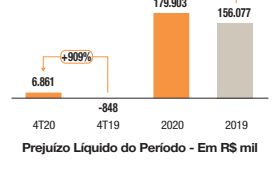
ROL
(Receita Operacional Líquida - Em R$ mil)



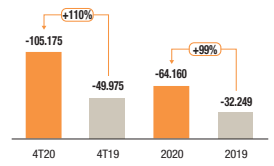
Lucro Bruto de Energia - Em R$ mil



EBITDA - Em R$ mil

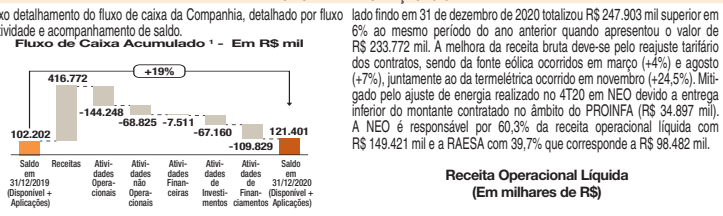


Prejuízo Líquido do Período - Em R$ mil

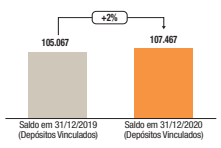


Abaixo detalhamento do fluxo de caixa da Companhia, detalhado por fluxo de atividade e acompanhamento de saldo.

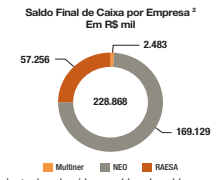
Fluxo de Caixa Acumulado [1] - Em R$ mil



Saldo Conta Restrita - Em R$ mil



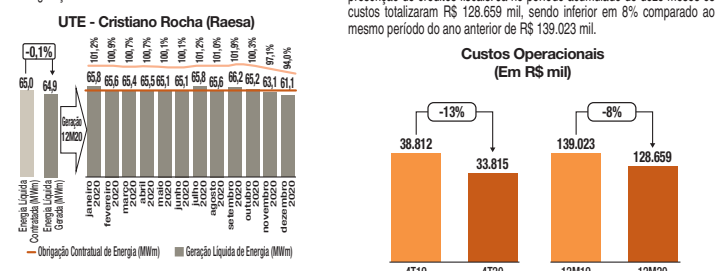
Saldo Final de Caixa por Empresa [2]
Em R$ mil



[1] Caixa e equivalente de caixa (desconsiderado saldo em conta restrita)
[2] Considerando o saldo de caixa disponível (R$ 121,4 MM) + caixa restrito (R$ 107,5 MM)

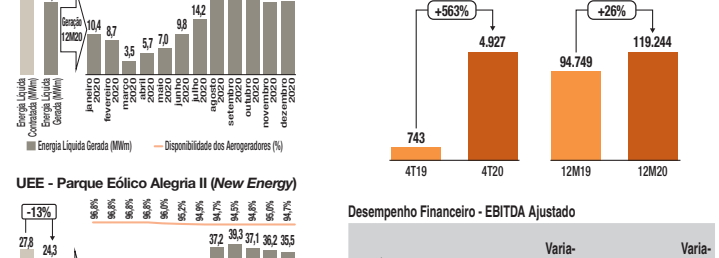
Desempenho Operacional - RAESA: No trimestre findo em 31 de dezembro de 2020, a geração média foi de 63,1 MW, sendo entregue 97,1% referente à obrigação contratual (65,0 MW) junto à Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.. A queda na geração estava prevista em orçamento devido ao início do projeto de conversão dos motores Wartsilä, para geração de energia 100% a gás natural, porém o desempenho no trimestre foi superior ao orçado em 3%. Já no período acumulado de janeiro a dezembro, a geração média foi de 64,9 MW, sendo entregue 99,9% face à obrigação contratual. Tal performance permitiu ser entregue quase a totalidade da energia contratada, inferior em apenas 0,1% mesmo com a paralização da primeira unidade geradora para realização do projeto de conversão, conforme citado anteriormente. Referido desempenho reflete a adequada gestão e performance da equipe operacional, a qual organizou de forma eficaz os controles das manutenções preventivas nos motores, evitando manutenções corretivas que ocasionariam paradas dos motores e, por consequência, perda de geração. Em outubro de 2020 a usina atingiu a marca de 12 meses consecutivos, entregando a energia contratual com uma média de 101,1% da energia contratada sem glosas e penalidades. No gráfico abaixo são apresentados a entrega média de energia, e o acompanhamento da geração mensal.

UTE - Cristiano Rocha (Raesa)



Desempenho Operacional - NEO: No período acumulado de janeiro a dezembro de 2020, a geração do Complexo Alegria foi de 37,5 MW médios, sendo superior em 0,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O parque Alegria I, no período acumulado de doze meses, gerou 13,25 MW médios, sendo superior em 2,6% quando comparado ao mesmo período do ano anterior (12,9 MW médios). Já o parque Alegria II no período acumulado de doze meses gerou 24,3 MW médios, se mantendo estável quando comparado ao mesmo período do ano anterior (24,4 MW médios). A geração está menor em 14%, em relação à obrigação contratual do PROINFA (43,6 MW médios). A geração à menor deve-se principalmente pela falta de ventos na região. Além de ocorrências de limitações de potência impostas pelo ONS em função de restrições em parte das linhas de transmissão e subestações no Rio Grande do Norte. Em dezembro 2020, foi renovado o contrato com a Vestas, responsável pela operação e manutenção dos aerogeradores. O contrato foi estendido por mais 10 anos, até o final do PPA's de Alegria I e II, com possibilidade de saída mediante multa até o quinto ano.

UEE - Parque Eólico Alegria I (*New Energy*)



UEE - Parque Eólico Alegria II (*New Energy*)

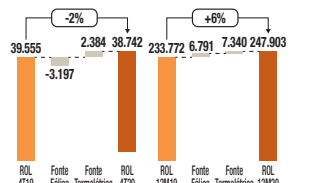
Desempenho Financeiro - Receita Operacional

Em R$ mil	4T20	4T19	Variação	12M20	12M19	Variação
Receita fixa	91.689	82.571	11%	347.412	324.987	7%
Receita variável	-24.220	-17.614	-38%	5.582	8.842	-37%
Receita bruta	**67.469**	**64.957**	**4%**	**352.994**	**333.829**	**6%**
Impostos e encargos*	-20.527	-18.564	11%	-76.629	-72.735	5%
Glosa de energia	-1.450	-88	1.548%	-1.450	-327	343%
Amortização de Leasing financeiro	-6.750	-6.750	0%	-27.012	-26.995	0%
Deduções das receitas	**-28.727**	**-25.402**	**13%**	**-105.091**	**-100.057**	**5%**
Total ROL	**38.742**	**39.555**	**-2%**	**247.903**	**233.772**	**6%**

** Desconto obrigado de P&D, PIS/COFINS e ICMS.*

A receita operacional líquida totalizou R$ 38.742 mil no 4T20, sendo 2% inferior à receita registrada no 4T19 de R$ 39.555 mil. Já no período acumulado findo em 31 de dezembro de 2020 totalizou R$ 247.903 mil superior em 6% ao mesmo período do ano anterior quando apresentou o valor de R$ 233.772 mil. A melhora da receita bruta deve-se pelo reajuste tarifário dos contratos, sendo da fonte eólica ocorridos em março (+4%) e agosto (+7%), juntamente ao da termelétrica ocorrido em novembro (+24,5%). Mitigado pelo ajuste de energia realizado no 4T20 em NEO devido a entrega inferior do montante contratado no âmbito do PROINFA (R$ 34.897 mil). A NEO é responsável por 60,3% da receita operacional líquida com R$ 149.421 mil e a RAESA com 39,7% que corresponde a R$ 98.482 mil.

Receita Operacional Líquida
(Em milhares de R$)



Desempenho Financeiro - Custos Operacionais

Em R$ mil	4T20	4T19	Variação	12M20	12M19	Variação
Custos de O&M	-11.705	-18.478	-37%	-52.416	-63.738	-18%
Custos com Seguros	-1.028	-1.352	-24%	-4.091	-4.597	-11%
Custos com Pessoal e Encargos	-2.831	-4.728	-40%	-14.186	-14.881	-5%
Depreciação/ Amortização	-11.693	-10.553	11%	-42.257	-41.714	1%
Amortização PPA (mais-valia)	-2.711	-2.711	0%	-10.844	-10.844	0%
Demais Custos	-3.847	-990	289%	-4.865	-3.249	50%
Total Custos Operacionais	**-33.815**	**-38.812**	**-13%**	**-128.659**	**-139.023**	**-8%**

Os custos operacionais no 4T20 totalizaram R$ 33.815 mil, apresentando uma redução de 13% quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, onde os custos operacionais foram de R$ 38.812 mil. A redução dos custos de O&M está relacionada a menores dispêndios com manutenções preventivas e corretivas, devido ao início das aquisições de peças e equipamentos para as conversão dos motores, aliado à menores custos de inventário relacionado as peças sobressalentes. Os custos com pessoal e encargos sofreram reflexos de menores gastos com salários, encargos e benefícios, além do estorno da provisão de PPR (Programa de Participação nos Resultados). No que diz respeito ao aumento da rubrica de depreciações, justifica-se pelo ajuste contábil devido a constituição do ativo da usina eólica. Com relação aos demais custos o aumento deve-se pela baixa por prescrição de créditos fiscais. Já no período acumulado de doze meses os custos totalizaram R$ 128.659 mil, sendo inferior em 8% comparado ao mesmo período do ano anterior de R$ 139.023 mil.

Custos Operacionais
(Em R$ mil)

Desempenho Financeiro - Lucro Bruto

Em R$ mil	4T20	4T19	Variação	12M20	12M19	Variação
Receita Líquida	38.742	39.555	-2%	247.903	233.772	6%
Custos Operacionais	-33.815	-38.812	-13%	-128.659	-139.023	-7%
Lucro Bruto	**4.927**	**743**	**563%**	**119.244**	**94.749**	**26%**

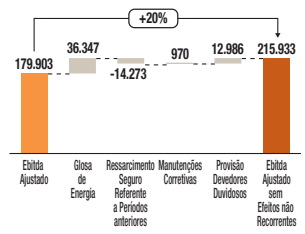
O lucro bruto no 4T20 totalizou R$ 4.927 mil, sendo superior em R$ 4.184 mil quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior quando apresentou o valor de R$ 743 mil. No acumulado de doze meses totalizou o valor de R$ 119.244 mil, sendo superior em 26% ou R$ 24.495 mil quando comparado ao mesmo período do ano anterior quando apresentou R$ 94.749 mil. O principal efeito positivo diz respeito a melhora na receita bruta devido aos reajustes tarifários e a eficiência na disponibilidade de geração. Aliados à redução dos custos operacionais conforme citado anteriormente.

Lucro Bruto de Energia
(Em R$ mil)

Desempenho Financeiro - EBITDA Ajustado

Em R$ mil	4T20	4T19	Variação	12M20	12M19	Variação
Receita Líquida	38.742	39.555	-2%	247.903	233.772	6%
Custos Operacionais	-33.815	-38.812	-13%	-128.659	-139.023	-7%
Despesas Gerais e Administrativas	-18.847	-32.471	-42%	-31.644	-40.817	-22%
Outras Receitas/ Despesas	-373	10.866	-103%	12.190	22.592	-46%
Depreciações/ Amortizações	21.154	20.014	6%	80.113	79.553	1%
EBITDA (ajustado)	**6.861**	**-848**	**909%**	**179.903**	**156.077**	**15%**
Margem EBITDA (ajustada)	**15%**	**-2%**	**n.a.**	**65%**	**60%**	**n.a.**

O EBITDA ajustado no 4T20 totalizou R$ 6.861 mil, sendo superior em R$ 7.709 mil quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, onde apresentou o valor negativo de R$ 848 mil. As principais variações na comparação trimestral referem-se à redução dos custos operacionais relacionados a menores dispêndios conforme citado anteriormente. A redução das despesas administrativas pelo reflexo da constituição da provisão para devedores duvidosos no 4T19 (R$ 25.106 mil) com partes relacionadas, o qual foi superior à perda provisionada no 4T20 (R$ 12.486 mil), este último referente ao ressarcimento da Conta Consumo de Combustível Isolado (CCC - Isol). E a redução de outras receitas refere-se ao efeito não recorrente no 4T19 da indenização do sinistro por lucros cessantes à controlada RAESA devido à quebra do motor 5 (R$ 10.941 mil). A margem EBITDA ajustado para o 4T20 foi de 15%, superior em 17 p.p. comparada ao mesmo período de 2019 quando apresentou a margem negativa de 2%. No período acumulado de janeiro a dezembro de 2020 o EBITDA ajustado totalizou R$ 179.903 mil, sendo superior em 15% comparado ao mesmo período do ano anterior quando apresentou R$ 156.077 mil. Efeito positivo deve-se pelo aumento da receita bruta R$ 19.165 mil devido aos reajustes tarifários, somado à redução nos custos operacionais em R$ 10.364 mil. Além dos efeitos não recorrentes ocorridos em 2019 nas despesas administrativas conforme citado acima. **Desempenho Financeiro - EBITDA sem Efeitos não Recorrentes**: O gráfico abaixo representa o EBITDA ajustado desconsiderando os efeitos não recorrentes que ocorreram ao longo de 2020.



As adições e exclusões dos efeitos não recorrentes sobre o EBITDA referem-se a: (i) Glosa, que refletiu negativamente no resultado devido à menor geração no período de 2020, sendo R$ 34.897 mil em NEO e R$ 1.450 mil em Raesa; (ii) Ressarcimento de Seguro, impacto positivo de R$ 14.273 mil que diz respeito à quebra nos motores em períodos anteriores em Raesa (UG2 + R$ 4.689 mil e UG5 +R$ 9.578 mil) e pelo reembolso de apólice ocorrido em Multiner (+ R$ 6 mil); (iii) Manutenções corretivas, impacto negativo no resultado de R$ 970 mil causado por manutenções corretivas não planejadas nos motores; (iv) Provisão para Devedores Duvidosos, impacto negativo no resultado de R$ 12.986 mil devido à constituição de PDD referente ao ressarcimento da Conta Consumo de Combustível Isolado (CCC-Isolado).

* EBITDA ajustado = EBITDA - Amortização do Leasing Financeiro

Desempenho Financeiro - Resultado Financeiro

Em R$ mil	4T20	4T19	Variação	12M20	12M19	Variação
Aplicação financeira	1.006	2.371	-58%	5.491	9.488	-42%
Bônus de adimplência	–	2.604	-100%	3.411	10.752	-68%
Juros sobre arrendamentos	2.265	2.555	-11%	9.505	10.633	-11%
Outras receitas financeiras	221	3.127	-93%	8.612	8.014	7%
Receitas financeiras	**3.491**	**10.657**	**-67%**	**27.019**	**38.887**	**-31%**
Juros sobre empréstimos	-23.901	-22.155	8%	-89.012	-81.131	10%
Correção monetária passiva	-68.465	-10.847	531%	-86.762	-41.534	109%
Desmobilização	-1.439	118	-1319%	-2.524	-1.985	27%
Atualização arrendamentos	-693	-477	45%	-2.425	-1.908	27%
Outras despesas financeiras	-5.832	-4.200	39%	-10.760	-12.574	-14%
Despesas financeiras	**-100.330**	**-37.561**	**167%**	**-191.483**	**-139.132**	**38%**
Resultado financeiro	**-96.839**	**-26.904**	**260%**	**-164.464**	**-100.245**	**64%**

O resultado financeiro do 4T20, fechou negativo em R$ 96.839 mil, sendo pior em R$ 69.935 mil quando comparado ao mesmo período de 2019, devido principalmente ao aumento das despesas financeiras em 167% (R$ 62.767 mil). O aumento justifica-se pela correção sobre os empréstimos que são indexados pelo IGP-M, o qual apresentou aumento significativo no 4T20 (outubro/20: 3,23%, novembro/20: 3,28% e dezembro/20: 0,96%) enquanto que no mesmo período do ano anterior o IGP-M não apresentou tal elevação (outubro/19: 0,68%, novembro/19: 0,30% e dezembro/19: 2,09%). Estas variações das taxas do IGP-M mensal causaram impactos negativos no resultado financeiro do quarto trimestre em R$ 57.618 mil. No período acumulado de doze meses de 2020 o resultado financeiro foi pior em 64% ou R$ 64.219 mil. O reflexo da piora no resultado financeiro deve-se à redução da receita de bônus de adimplência em R$ 7.341 mil, em face da suspensão das parcelas do financiamento do BNB de maio a dezembro de 2020, devido ao enquadramento à Portaria 1183 de 23/04/2020 a qual reconhece o estado de Calamidade pública no Estado do Rio Grande do Norte devido à COVID-19. Aliado ao aumento das despesas financeiras, que conforme mencionado anteriormente diz respeito aos juros e correções sobre os empréstimos (R$ 7.881 mil e R$ 45.228 mil respectivamente), que estão indexados ao IGP-M e este encerrou o ano de 2020 acumulado com alta de 23,14% e no ano de 2019 o índice foi encerrado com 7,3%.

Desempenho Financeiro - Resultado Líquido do Período

Em R$ mil	4T20	4T19	Variação	12M20	12M19	Variação
Resultado operacional	-14.293	-20.862	-31%	99.790	76.524	30%
Resultado financeiro	-96.839	-26.904	260%	-164.464	-100.245	64%
Equivalência patrimonial	–	176	-100%	–	796	-100%
IR/CSLL	5.957	-2.385	-350%	514	-9.324	-106%
Resultado líquido do período	**-105.175**	**-49.975**	**110%**	**-64.160**	**-32.249**	**99%**

No período do 4T20 a Companhia apresentou como resultado líquido o prejuízo de R$ 105.175 mil, sendo inferior em 110% ao resultado apurado no mesmo período de 2019, quando apresentou um prejuízo de R$ 49.975 mil. A Companhia mantém

Companhia e suas controladas. Outras ações foram estudadas e somente serão adotadas caso haja vista alguma inadimplência por parte dos contratos de seus clientes. No âmbito fiscal a Companhia e suas controladas aderiram as medidas propostas pelo governo, que pudessem vir a ser implementadas, dentre elas, Medida Provisória nº 927/2020 e a Portaria nº 139/2020. No âmbito financeiro os financiamentos junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), da controlada NEO, tiveram enquadramento automático para suspensão das parcelas, compreendidas entre maio à dezembro de 2020, devido a Portaria nº 1.183 de 23/04/2020 do Ministério do Desenvolvimento Regional/Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, que reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio Grande do Norte, aliado ao artigo 2º da Resolução nº 4.798 do Banco Central do Brasil. Os pagamentos suspensos serão incorporados ao saldo de principal e redistribuídos as demais parcelas, não havendo penalidades ou quaisquer alterações nas condições de taxa de juros e prazos de vencimentos dos contratos de financiamentos. Importante destacar que a evolução da pandemia está em constante movimento e que as avaliações estão sendo atualizadas periodicamente pelo Comitê e Direção da Companhia, que poderão vir a adotar novas medidas preventivas, se necessário. Adicionalmente, a Companhia implementou, em outubro de 2020, o Plano de Retomada Consciente das atividades presenciais com responsabilidade na segurança e atendimento às orientações e determinações dos órgãos locais competentes, para os colaboradores que se encontravam exclusivamente na modalidade de teletrabalho. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As práticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão apresentadas nesta seção. Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para atender este critério. Declaração de conformidade e base de preparação: A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*. Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Em 31/03/2021, o Conselho de Administração se manifestou favorável a divulgação destas demonstrações financeiras e subsequente encaminhamento para apreciação na Assembleia de Acionistas. As informações apresentadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Companhia. Todos os valores apresentados nestas informações estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Os dados não financeiros, tais como volumes e outros números operacionais, não foram objeto de revisão dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base dos balanços. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis. **3. Entidades do Grupo:** As informações contábeis consolidadas compreendem as informações da Companhia e de suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"), a seguir relacionadas:

	Participação acionária	
	31/12/20	31/12/19
New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO")	80,00%	80,00%
2007 Participações S.A.	96,04%	96,04%
Termelétrica Itapebi S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower VI S.A.	100,00%	100,00%

Controladas indiretas: A Companhia possui controle indireto sobre a Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA") através do investimento em sua *holding* 2007 Participações S.A., que, por sua vez, detém 99,99% de participação acionária na RAESA em 31/12/2020. Assim, a participação acionária indireta da Companhia na RAESA é de 96,03% em 31/12/2020. *Controlada em conjunto ("joint ventures")* Participação contabilizada pelo método de equivalência

	Participação acionária	
	31/12/20	31/12/19
Companhia Energética do Uruguai S.A. - ("CEU")	71,00%	71,00%

Apesar da Companhia possuir a maior parte das ações com direito de voto na CEU, a Companhia não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais dessa investida, em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia aplica o CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, CPC 36 - Demonstrações Consolidadas e ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). A CEU possui sede localizada na Avenida Almirante Barroso, nº 52, centro, cidade do Rio de Janeiro/RJ. Seu objeto social consiste em desenvolvimento de estudos de inventário hidroelétrico do Rio Uruguai, entre outros, A empresa é a desenvolvedora do projeto UHE (Usina Hidroelétrica) IRAÍ, ou seja, ela tem a autorização da ANEEL para realizar os estudos de viabilidade técnica, socioambiental para a implantação de uma UHE nas margens do Rio Uruguai. A CEU está em fase de conclusão do projeto e o mesmo será apresentado para ANEEL. A posição patrimonial da respectiva investida está demonstrada na Nota explicativa nº 14. **4. Políticas contábeis e estimativas:** As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. a) Ativos e passivos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i) *Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração*: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e transações com partes relacionadas, conforme descrito na Nota explicativa nº 31. ii) *Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração*: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, transações com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos, conforme descrito na Nota explicativa nº 31. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos. b) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Vide Nota explicativa nº 6 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, resgatável junto ao próprio emissor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. O caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas estão classificados como valor justo, conforme demonstrado na Nota explicativa nº 31. c) Estoque: O estoque consiste, basicamente, em peças de reposição importadas para o maquinário de operação da controlada indireta RAESA e peças de reposição para os aerogeradores da controlada NEO e são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide Nota explicativa nº 17). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. A Companhia revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos estoques com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada quando: (i) tenham expirado a data de validade; ou (ii) materiais ou bens que não atendem à especificação. Essa classificação é feita pela Companhia anualmente com o apoio da equipe técnica de operações. No exercício findo em 31/12/2020 não houve necessidade de constituição de provisão para obsolescência e/ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos estoques. d) Investimentos: As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (vide Nota explicativa nº 14). Uma Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto destas políticas. Operação em conjunto (ou *joint venture*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Estas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma coligada ou *joint venture* é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas da coligada ou *joint venture*. As demonstrações financeiras da coligada ou *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento em sua coligada ou *joint venture*. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada ou *joint venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Ao perder influência significativa sobre a coligada ou controle conjunto sobre a *joint venture*, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada ou *joint venture*, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação, são reconhecidos no resultado. e) Imobilizado: Os bens do ativo imobilizado são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relativos à aquisição ou construção dos ativos. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A taxa de depreciação dos itens do ativo imobilizado, está baseada no tempo de vida útil estimado pela Companhia e suas controladas. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. f) Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. g) Propriedades para investimento: Os saldos registrados como propriedades para investimento referem-se a terrenos adquiridos para investimentos futuro em novos negócios do ramo de geração de energia e são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Adicionalmente, o valor justo, que reflete as condições de mercado na data encerramento do balanço é divulgado conforme descrito na Nota nº 12. h) Provisão de redução ao provável valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração: A Companhia revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custo para venda. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor de uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável. i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulante e não circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. j) Arrendamentos: *Arrendador:* A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseado na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se esse ativo (ou esses ativos) não estiver (em) explícito(s) no contrato. Num arrendamento mercantil financeiro, substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade legal são transferidos pelo arrendador e, portanto, os pagamentos do arrendamento mercantil a serem recebidos são tratados pelo arrendador como amortização de capital e receita financeira para reembolsá-lo e recompensá-lo pelo investimento e serviços. Como resultado, os referidos custos devem ser excluídos do investimento líquido no arrendamento mercantil e devem ser reconhecidos como despesa quando o lucro da venda for reconhecido. Normalmente, em um arrendamento mercantil financeiro, esse lucro é reconhecido no começo do prazo do arrendamento mercantil. O reconhecimento da receita financeira baseia-se no padrão que reflita a taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido do arrendador no arrendamento mercantil financeiro. Um arrendador tem como meta apropriar a receita financeira durante o prazo do arrendamento mercantil em base sistemática e racional. Essa apropriação da receita baseia-se no padrão que reflete o retorno periódico constante sobre o investimento líquido do arrendador. Os pagamentos do arrendamento mercantil relacionados ao período, excluindo custos de serviços, devem ser aplicados ao investimento bruto no arrendamento mercantil para reduzir tanto o principal quanto as receitas financeiras não realizadas. Os equipamentos e edificações pertencentes à controlada indireta RAESA se caracterizam como um arrendamento mercantil financeiro, considerando que o contrato de suprimento de energia, firmado com a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. ("Amazonas Energia" ou "Amazonas"), sucessora da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. conforme cessão de posição contratual comunicada à RAESA em 03/12/2018, se enquadra nos aspectos exigidos pela norma contábil, remunerado pela taxa de retorno de 7% a.a., de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, descontados dos custos fixos das usinas, maior detalhe vide Nota nº 11.1. Os valores residuais não garantidos estimados, usados no cálculo do investimento bruto do arrendador em arrendamento mercantil, são revisados regularmente. Se tiver ocorrido redução no valor residual estimado não garantido, a apropriação da receita durante o prazo do arrendamento mercantil é revista e qualquer redução relacionada a valores apropriados é imediatamente reconhecida. *Arrendatário:* A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso do ativo. A caracterização de um contrato como um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização do ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transferir o direito de uso do ativo (ou ativos), mesmo se esse ativo (ou esses ativos) não estiver (em) explícito(s) no contrato. A Companhia reconhece e mensura todos os contratos identificados como contendo um ativo de arrendamento, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamento de arrendamento e ativos de direito de uso que representa o direito de uso dos ativos subjacentes conforme demonstrado na Nota nº 11.2. k) Demais ativos: Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente. l) Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento. m) Impostos sobre as vendas: As receitas de vendas das controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS): 0,65% (regime cumulativo) e 1,65% (regime não cumulativo), sobre venda de energia elétrica e prestação de serviços; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (regime cumulativo) e 7,60% (regime não cumulativo) sobre a venda de energia elétrica e prestação de serviços; • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços: o ICMS é aplicado de acordo com os clientes a serem faturados: diferimento no caso de geração ou distribuição e faturamento com a alíquota interna para os demais clientes. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações financeiras. n) IR e CS: *IR e CS correntes:* A despesa com IR e CS compreende os impostos de renda corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A Companhia e suas controladas estão inseridas no regime tributável Lucro Real, desta forma, o IR e a CS do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 anuais para IR e 9% sobre o lucro tributável para CS e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CS, limitada a 30% do lucro tributável. o) Reconhecimento de receita das investidas: A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade e é apresentada líquida de impostos, das devoluções, dos abatimentos e descontos. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. *Receita de arrendamento mercantil:* O reconhecimento do arrendamento mercantil da controlada indireta RAESA se enquadra nos aspectos exigidos pela norma contábil, remunerado pela taxa de retorno de 7% a.a., de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, descontados dos custos fixos da usina. A Companhia entende que essa receita financeira é caracterizada como receita operacional da sua controlada indireta RAESA, apresentadas nestas demonstrações financeiras consolidadas. Os valores residuais não garantidos estimados, usados no cálculo do investimento bruto do arrendador em arrendamento mercantil, devem ser revisados regularmente. Se tiver ocorrido redução no valor residual estimado não garantido, a apropriação da receita durante o prazo do arrendamento mercantil deve ser revista e qualquer redução relacionada a valores apropriados deve ser imediatamente reconhecida. p) Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada), em função de um evento passado, e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo a despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. *Provisões para demandas judiciais e outros:* A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos, conforme Nota nº 24. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e outros para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas, para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Provisão para perda de investimentos:* A provisão para perda de investimentos é reconhecida com base no patrimônio líquido da investida para cobrir as perdas permanentes na realização do investimento. A provisão para perda de investimentos apresentada nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas refere-se ao resultado acumulado de perdas por equivalência patrimonial, conforme Nota nº 14. q) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. r) Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante: Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, caso contrário será registrado como não circulante. s) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Modificações nas estimativas são tratadas prospectivamente. As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas são discutidas a seguir: *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. *Vida útil dos bens do ativo imobilizado:* A Companhia e suas controladas utilizam como base para taxa de depreciação, a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado. Consequentemente os valores residuais dos bens do imobilizado resultam da aplicação das vidas úteis definidas pela ANEEL, estando em linha com as expectativas de utilização e geração de benefícios econômicos de tais ativos. t) Informação por segmento: A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, na condição de produtor independente, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia possui atualmente um portfólio com 236,8 MW de capacidade instalada própria, distribuída em três usinas em operação, sendo uma termelétrica operada pela RAESA e duas eólicas operadas pela NEO. A Direção da Companhia, responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da Companhia, utiliza informações por segmento para suas análises:

Entidade	Segmento
UTE Cristiano Rocha ("RAESA")	Fonte térmica
Parque Alegria I e Alegria II ("NEO")	Fonte eólica
Itapebi	Outorga revogada
Monte Pascoal	Outorga revogada
Pernambuco IV	Outorga revogada
Termopower V	Outorga revogada
Termopower VI	Outorga revogada
Multiner S.A.	Corporativo

As despesas corporativas e eliminações para o consolidado foram apresentadas em uma única coluna. Determinados saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram reclassificados entre linhas para melhor apresentação e comparação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **5. Novos pronunciamentos, interpretações e orientações:** Não existem outras normas ou interpretações novas e alteradas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Companhia, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia em 31/12/2020.

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Bancos	1	2	1.915	1.241
Aplicações financeiras (i)	1.354	840	119.486	100.961
Total	1.355	842	121.401	102.202

(i) As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs") e Fundos de Investimento de Renda Fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI"), sendo resgatáveis a qualquer momento sem perda de rendimento com o próprio emissor. Essas aplicações são remuneradas a taxas de 90% a 119% da CDI em 31/12/2020 (90% à 105% da CDI em 31/12/2019).

7. Contas a receber:

	Consolidado	
	31/12/20	31/12/19
Amazonas Energia (i)	32.440	29.801
(–) Glosa de receita - indisponibilidade de motor	(1.450)	(87)
Conta de Consumo de Combustível - CCC (ii)	18.919	19.816
Centrais Elétricas Brasileiras (iii)	18.433	27.735
Outras contas a receber	4.990	3.016
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (iv)	(16.176)	(2.916)
Total	57.156	77.365
Circulante	57.156	57.549
Não circulante	–	19.816

(i) Recebimentos da controlada indireta RAESA referem-se ao faturamento de novembro e dezembro de 2020 a serem liquidados em janeiro e fevereiro de 2020, respectivamente. (ii) O montante de R$18.919 em 31/12/2020 (R$19.816 em 31/12/2019) refere-se aos ressarcimentos da Conta Consumo de Combustível Isolado (CCC - Isol), controlada anteriormente pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e atualmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que efetua o pagamento do combustível utilizado pela RAESA, com o objetivo de possibilitar a cobertura de percentuais preestabelecidos do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas. (iii) Recebimentos da controlada direta NEO referem-se ao faturamento de novembro e dezembro de 2020 a serem liquidados em janeiro e fevereiro de 2020, respectivamente. (iv) Com base em análise efetuada para o período findo em 31/12/2020, houve necessidade de constituir provisão para as contas a receber consolidado da Companhia para fazer face a eventuais créditos de liquidação duvidosa. O saldo, substancialmente, refere-se aos ressarcimentos da Conta de Consumo de Combustível utilizado pela RAESA. A Companhia possui causa ativa ajuizada para tais créditos, o processo foi julgado procedente e continua com os autos aguardando conclusão.

8. Adiantamentos a fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Fornecedores nacionais (i)	10	21	3.658	3.791
Fornecedores internacionais	–	–	1.145	1.105
Outros fornecedores	–	3	12	7
Total	10	24	4.815	4.903

(i) Do montante total consolidado o valor de R$2.698 em 31/12/2020 (R$3.700 em 31/12/2019) refere-se a adiantamento para a BR Distribuidora referente a aquisição de óleo combustível utilizado pela UTE Cristiano Rocha.

9. Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
IRPJ (i)	601	636	74.672	65.014
CSLL (i)	341	526	19.397	17.896
COFINS	34	–	23.585	39.965
PIS	8	–	5.903	10.127
Outros impostos a recuperar	–	148	771	1.709
Total	984	1.310	124.328	134.711
Circulante	61	185	41.911	44.444
Não circulante	923	1.125	82.417	90.267

(i) Os saldos apresentados referem-se a saldo negativo de IRPJ e CSLL, substancialmente, das competências de 2009 a 2018 da investida RAESA. A Companhia concluiu o processo de análise, solicitou restituição dos valores através de PER/DCOMP para Receita Federal do Brasil (RFB) dos períodos de 2009 a 2015. Os pedidos de restituição encontram-se em andamento. **10. Partes relacionadas: 10.1. Remuneração de pessoal-chave da Administração:** O impacto da remuneração no resultado estabelecido aos Administradores da Companhia está apresentado na tabela a seguir:

	Consolidado	
	31/12/20	31/12/19
Administradores (pró-labore)	1.997	1.611
Conselho de Administração e Fiscal	1.158	951
Total	3.155	2.562

10.2. Mútuos com partes relacionadas: a) Saldos ativos:

	Controladora		Consolidado	
Saldo a receber:	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Eólica Administração e Participação Ltda. ("Eólica")	95.949	95.949	95.949	95.949
Cia. Energética do Uruguai S.A. ("CEU")	19.256	19.256	19.256	19.256
2007 Participações S.A.	92	92	–	–
Bolognesi Energia S.A. ("Bolognesi Energia") (i)(a)	278.323	278.323	278.323	278.323
Bolognesi Energia S.A. ("Bolognesi Energia") (i)(b)	46.294	46.294	46.294	46.294
New Energy Options S.A.	18.263	18.473	–	–
Rio Amazonas Energia S.A.	86	836	–	–
Central Energética Palmeiras S.A. ("CEPASA")	65.158	65.158	65.158	65.158
Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Pernambuco III")	33.126	33

transferência de ações da Companhia encontram-se desatualizados devido a uma restrição judicial. Em 18/07/2013, os detentores de debêntures de 2ª emissão aprovaram pela substituição de titularidade das ações da Multiner em garantia, que representavam a maioria das ações dos antigos sócios. Em 27/12/2013, foi aportado na Companhia o valor de R$105.425 para emissão e integralização de 41.829 ações classe A e 588.843 ações classe B. Essa emissão de ações classe A e classe B teve como objetivo equacionar a dívida com credores não quotistas do FIP Multiner (CELOS, CAPAF, ELETRA e METRUS), os quais integralizaram novas quotas do FIP Multiner, por meio das conferências desses créditos detidos contra a Companhia. Dessa forma, o FIP Multiner passou a ser titular de tais créditos. Em 14/07/2014, foi assinado o "Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A.", alterando algumas condições do plano de recapitalização da Companhia, dentre os quais se destacam: • Aumento de capital da Companhia no valor de R$208.497, sendo: (a) R$152.917 por meio de emissão de 571.405 ações preferenciais subscritas e integralizadas por Multiner Fundo de Investimento em Participações; (b) R$55.580 por meio da emissão de 686.594 ações ordinárias, uma ação preferencial classe C e 1 ação preferencial classe D subscritas e integralizadas por Bolognesi Energia S.A.. • Alteração das características de ações preferenciais; • Emissão de três lotes de bônus de subscrição; • Outros créditos no valor de R$236.663, que deverão ser capitalizados pela conversão de dívidas da Postalis e Fundiágua; e • Estabelece a obrigação de aporte adicional de ativos pela Bolognesi Energia S.A. na Multiner ou na Mesa Participações S.A. no montante de R$225.921. Em AGE de 22/05/2015 ocorreram as seguintes deliberações: • Conversão de 216.780 Ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 1.350.000 Ações Ordinárias e 2.348.267 Ações preferenciais da Classe B; • Aumento de capital no valor de R$11.171,90, com emissão de 1.117.190 ações ordinárias, pelo preço de R$0,01 por ação, em virtude do exercício do bônus de subscrição pelos Acionistas Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A.; • Alteração do Estatuto Social, em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício do bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A.; • O acionista Bolognesi Energia S.A. realizará um aumento de capital (podendo ser em ativos ou em moeda corrente nacional) no montante R$100.000 (corrigido pelo IPCA a partir de 28/03/2012) até 31/12/2015. Adicionalmente, o acionista Bolognesi Energia S.A. está obrigado a realizar outro aporte de capital de R$125.921 (também corrigido pelo IPCA, a partir de 28/03/2016) até 31/12/2020. Em AGE de 3/06/2015, ocorreram as seguintes deliberações: • Aprovação das modificações dos artigos 1, 5, 12, 13, 16, 26 e 27 do Estatuto Social e inclusão dos artigos 33 a 39, com a finalidade de adequar o Estatuto Social da Companhia às novas regras do Regulamento de Listagem Bovespa Mais - Nível 2, bem como seu pedido de registro na BMF&BOVESPA; • Conversão de registro para categoria A na Comissão de Valores Mobiliários; • Ampla revisão e consolidação do Estatuto Social da Companhia, considerando o acima. Em AGE de 8/09/2015 ocorreram as seguintes deliberações: • Conversão de 122.216 ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 950.000 ações Ordinárias e 1.135.000 ações Preferenciais da Classe B; • Aumento do capital social da Companhia no montante de R$5.585,95 (cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), por meio da emissão de 558.595 (quinhentas e cinquenta e oito mil, quinhentas e noventa e cinco) novas ações, todas ordinárias; e • Alteração do Estatuto Social em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício dos bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A.. Em AGE de 14/03/2016 ocorreram as seguintes deliberações: • Conversão de 311.344 ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 550.000 ações Ordinárias e 4.761.534 ações Preferenciais da Classe B; • Alteração do Estatuto Social em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício dos bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A.. Em AGE de 31/12/2016 aporte de capital por conta da Bolognesi Energia S.A.. Em AGE de 21/11/2017, a Companhia rerratificou as deliberações tomadas na Assembleia Geral extraordinária de 14 de março, acima mencionada, de forma a cancelar a conversão das ações, bem como o exercício do bônus de subscrição. No entanto, o capital social não foi reduzido, permanecendo o aumento em troca de uma ação ordinária conferida à Bolognesi Energia. b) Ações preferenciais: As ações Preferenciais Nominativas Resgatáveis (PNR) eram conversíveis em ações ON da Companhia, no quarto ano contado da data de aprovação da sua emissão, que ocorreu em 5/12/2008, na proporção de 1:1, isto é, cada ação preferencial poderia ser convertida em uma ação ordinária de emissão da Companhia. Além do direito de conversão em ações ordinárias descrito acima, essas ações, possuíam direito a dividendos no mínimo 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias, participação integral nos resultados da Companhia em igualdade com as ações ordinárias e preferência em deliberar sobre a conversão das ações preferenciais resgatáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 1:1, caso a Companhia decidisse realizar emissão pública de ações antes do prazo previsto para conversão dessas ações em ordinárias. Decorrido o prazo mencionado acima, caso o acionista optasse pela não conversão de suas ações, as mesmas seriam resgatadas pela Companhia, obedecendo a um cronograma de pagamento, que equivalia ao resgate de 1/6 das ações preferenciais resgatáveis, em seis semestres consecutivos contados a partir de 24/05/2013, ao preço que corresponderia ao preço de emissão atualizado pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) acrescido de 9,5% ao ano, desde a data de sua emissão, descontados os valores recebidos a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro rendimento auferido pelas ações preferenciais resgatáveis, também atualizados pelo IGP-M, acrescido de 9,5% ao ano, desde a data do recebimento dessas quantias. Com a assinatura do Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, tais ações resgatáveis foram convertidas em ações preferenciais. Em 28/03/2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações e que apresentam características similares às antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas. c) Reserva de capital: Referem-se a: (i) ágio no valor de R$78.115 gerado na Combinação de Negócios, referente à aquisição da 2007 Participações S.A. realizada em 2009; e (ii) pela reserva de ágio de subscrição de ações, no montante de R$465.801, pelo aumento de capital com a emissão de ações preferenciais resgatáveis realizada em 2008 e posterior atualização. d) Resultado por ação: O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como, para a mesma companhia em períodos diferentes. Não existem opções de ações com efeito dilutivo para os exercícios apresentados, exceto pelos efeitos que possam surgir das negociações do Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que está sendo discutido em procedimento arbitral perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, conforme descrito em Nota nº 1.1. A tabela a seguir apresenta o prejuízo básico por ação em 31/12/2020 e 2019:

	31/12/20	31/12/19
Numerador		
Prejuízo do período	**(57.836)**	(28.128)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	**7.877.740**	7.877.740
Média ponderada do número de ações preferenciais - Classes A e B	**6.843.555**	6.843.555
Número de ações preferenciais - Classe C	**1**	1
Número de ações preferenciais - Classe D	**1**	1
Remuneração das ações preferenciais - Classes A e B - 10%	**1,10**	1,10
Remuneração das ações preferenciais - Classe C - 9,42%	**1,09**	1,09
Remuneração das ações preferenciais - Classe D - 8,29%	**1,08**	1,08
Média ponderada do número de ações preferenciais	**7.527.913**	7.527.913
Denominador ajustado		
Denominador do resultado básico por ação	**14.721.297**	14.721.297
Denominador do resultado básico por ação ajustado	**15.405.653**	15.405.653
Lucro básico por ação		
Prejuízo básico por ação ordinária	**(0,00375)**	(0,00183)
Prejuízo básico por ação preferencial - Classes A e B	**(0,00299)**	(0,00145)
Prejuízo básico por ação preferencial - Classe C	**(0,00296)**	(0,00144)
Prejuízo básico por ação preferencial - Classe D	**(0,00293)**	(0,00142)
Composição do prejuízo		
Prejuízo alocado às ações ordinárias	**(24.291)**	(11.814)
Prejuízo alocado às ações preferenciais - Classes A e B	**(33.545)**	(16.314)
Prejuízo alocado às ações preferenciais - Classe C	**–**	–
Prejuízo alocado às ações preferenciais - Classe D	**–**	–
Total	**(57.836)**	(28.128)

24. Provisão para demandas judiciais: 24.1. Causas prováveis:

	Consolidado 31/12/20	31/12/19
Outras demandas judiciais (i)	**4.036**	4.674
Total	**4.036**	4.674

(i) Do montante apresentado o valor de R$3.250 refere-se a contingências com prognóstico de perda possível identificado na combinação de negócios da investida NEO. Conforme pronunciamento técnico, CPC 15 item 23, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, o passivo contingente assumido na Combinação de Negócios mesmo que o prognóstico de perda não seja provável. A Controladora não possui em andamento processos judiciais para as quais a probabilidade de perda seja classificada como provável e, portanto, não foi necessário a constituição de provisão. **24.2. Causas possíveis:** Em 31/12/2020, a Companhia possuía em andamento processos judiciais, cujo montante total é de R$40.712 na Controladora (R$28.016 em 31/12/2019) e R$299.666 no Consolidado (R$286.357 em 31/12/2019), cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, não sendo necessária a constituição de provisão para demandas judiciais.

Polo Ativo	Passivo	Natureza	Controladora 31/12/20	31/12/19	Consolidado 31/12/20	31/12/19
Petrobras Distribuidora (i)	RAESA	Cível	**–**	–	**243.149**	243.149
Fundiágua (ii)	Multiner	Cível	**23.991**	15.108	**23.991**	15.108
Construtora Jole (iii)	Pernambuco IV	Cível	**–**	–	**9.563**	9.541
Assessoria em Energia (iv)	Multiner	Cível	**7.091**	7.091	**7.091**	7.091
Diversos trabalhistas (v)	Diversos	Trabalhista	**4.202**	3.393	**4.215**	3.393
Outros processos			**5.428**	2.424	**11.657**	8.075
Total causas possíveis			**40.712**	28.016	**299.666**	286.357

(i) Trata-se de ação de cobrança, Processo nº 0429239-20.2016.8.19.001 (46ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro) ajuizada pela Petrobras Distribuidora S.A. (BR Distribuidora) contra a RAESA, tendo por objeto inadimplemento no que tange ao pagamento da contraprestação pelo fornecimento do óleo combustível utilizado pela UTE Cristiano Rocha, em Manaus-AM. Processo com sentença procedente e encontra-se em fase recursal com a conversão do julgamento em diligência para reabertura da fase pericial e realização de perícia complementar. Importante esclarecer que os valores em aberto junto à BR Distribuidora, ora perseguidos nessa ação de cobrança, são correlatos ao inadimplemento da Eletrobras para com a RAESA, no que tange ao ressarcimento da CCC-Isol, fundo setorial destinado a neutralizar os custos adicionais da geração termelétrica, que está sendo debatido nos autos do Mandado de Segurança nº 0029183-21.2009.4.01.3400 (nº original 2009.34.00.029716-4 - em trâmite no TRF da 1ª Região), processo no qual já foram proferidas decisões judiciais destinadas ao reestabelecimento dos repasses regulares da CCC-Isol à RAESA, mas que ainda não transitou em julgado. Adicionalmente, cabe ressaltar, que a Companhia mantém os registros das notas fiscais reconhecido como fornecedores (vide Nota nº 18). (ii) Em 09/08/2010, foram adquiridas pela Fundiágua 12 debêntures, não conversíveis em ações, emitidas pela Multiner. Em 14/07/2014, celebrou-se o primeiro aditivo, definindo-se que as debêntures da Multiner, de titularidade da Fundiágua seriam pagas antecipadamente, mas usadas para fins de capitalização indireta de uma investida da Companhia. A capitalização indireta só seria de obrigação da Fundiágua caso algumas condições fossem cumpridas pela Multiner, o que não ocorreu. Assim sendo, antes do vencimento das debêntures (previsto inicialmente para 01/06/2014), as partes prorrogaram (na data de 27/05/14), o prazo de seus vencimentos para 15/07/2014, posteriormente para 01/07/2015 e na sequência para 01/07/2016. Como não houve nova prorrogação, as debêntures adquiridas encontram-se vencidas, razão pela qual seu pagamento está sendo pleiteado no Processo nº 00173042-92.2017.8.19.0001. Em 24/08/2017, o debenturista enviou a Companhia o mandado de execução no montante atualizado de R$15.108. Em outubro de 2017, foi apresentado exceção de pré-executividade e proferida decisão com declínio de competência para uma das varas cíveis da Comarca do Rio de Janeiro. A Companhia apresentou embargos de declaração para que seja ao menos decidido sobre o efeito suspensivo. Não foram acolhidos os embargos, e seguiu-se para distribuição a uma vara cível. No momento, aguarda-se declínio a uma das varas cíveis do foro da comarca do RJ. Tal discussão é parte do procedimento arbitral instaurado recentemente, portanto deverá ser declarada a incompetência do juízo em virtude de cláusula arbitral. Cabe salientar, que a Companhia mantém parcela do passivo reconhecido como outras obrigações (vide Nota nº 22). (iii) Ação de cobrança de serviços da Construtora Jole Ltda., onde o processo encontra-se concluso, pendente de prolação de sentença. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos houve alteração no prognóstico de perda onde o risco da causa passou a ser avaliado como possível, ao invés de provável, não sendo necessário manter constituição de provisão. (iv) Trata-se de processo em que é exigido suposto crédito de "Taxa de Sucesso" em decorrência de prestação de serviços de prospecção de empresas fornecedoras de óleo combustível, que resultasse na redução de custos na aquisição para as usinas termelétricas Pernambuco III, Termopower V e Termopower VI. Em nossa tese, entende-se que a empresa não gerou redução de custos, conforme alegado. (v) A Companhia é demandada por ex-empregadores e ex-prestadores de serviços em 8 (oito) reclamações trabalhistas pelos quais são pleiteados, em suma: nulidade do contrato de prestação de serviços; reconhecimento de vínculo empregatício; horas intervalares; equiparação salarial; horas extras; entre outros. Ainda no que tange aos processos possíveis de perda, a controlada NEO possuía em andamento o Processo nº 60400-77.2012.4.01.3400 de natureza regulatória discutido em esfera judicial, com fito de obter provimento judicial que mantenha a Companhia no PROINFA e que permita o faturamento nos termos do Contrato de Compra e Venda de Energia (CCVE) celebrados com a Eletrobras. Em 19/12/2012, o pedido de tutela antecipada foi indeferido, tendo a NEO apresentado Agravo de Instrumento em face de referida decisão. Com a concessão de efeito suspensivo ao referido Agravo de Instrumento, o pleito liminar da NEO foi deferido determinando-se que a ANEEL mantenha a autora no PROINFA, bem como que a Eletrobras efetue os pagamentos previstos de acordo com os CCVE, autorizando ainda que a NEO efetue o faturamento nos termos contratualmente pactuados. Atualmente, aguarda-se julgamento definitivo do Agravo de Instrumento mencionado. Em 1ª instância, desde 23/04/2014, os autos aguardam prolação de sentença. Os montantes eventualmente envolvidos não são passíveis de mensuração.

25. Receita operacional líquida:

	Consolidado 31/12/20	31/12/19
Vendas de energia contratada (i)	**347.412**	324.987
Suprimento de Energia Elétrica (ii)	**(34.898)**	(27.643)
Receita com operação e manutenção - O&M (iii)	**38.972**	36.448
Venda de lastro de energia (iv)	**1.422**	–
Outras receitas operacionais	**86**	37
Total receita bruta	**352.994**	333.829
ICMS	**(46.027)**	(43.408)
COFINS	**(24.126)**	(23.136)
PIS	**(5.238)**	(5.023)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	**(1.238)**	(1.168)
Arrendamento mercantil (v)	**(27.012)**	(26.995)
Outras deduções	**(1.450)**	(327)
Total deduções	**(105.091)**	(100.057)
Receita líquida de vendas	**247.903**	233.772

(i) Do montante apresentado em 31/12/2020, o valor de R$147.364 (R$138.771 em 31/12/2019) refere-se à parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC - 1819/2005, firmado entre a controlada indireta RAESA junto à Amazonas Energia, o qual prevê o pagamento pela potência garantida de 65 MW. O saldo remanescente em 31/12/2020 de R$200.048 (R$186.216 em 31/12/2019) refere-se à parcela estabelecida pelo contrato PROINFA, firmado entre a investida NEO junto a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras. (ii) Ajuste de energia devido a entrega inferior do montante de energia contratada durante o exercício corrente, conforme § 1º da cláusula 8ª do Contrato de Compra e Venda de Energia - Fonte Eólica no âmbito do PROINFA. (iii) O valor apresentado como O&M refere-se à parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC - 1819/2005, firmado entre a controlada indireta RAESA junto à Amazonas Energia, o qual prevê o pagamento referente à operação e manutenção da Usina, calculado pela multiplicação do total mensal da energia fornecida pela parcela do preço de energia fornecida referente à operação e manutenção do mês vigente. (iv) Refere-se a venda de lastro de energia para cobertura das perdas de conexão da rede básica vinculada ao contrato de venda de energia da investida RAESA. Operação realizada conforme a compra de energia apresentada na Nota nº 26. (v) O montante refere-se à amortização do arrendamento financeiro da controlada indireta RAESA, conforme demonstrado na Nota nº 11.1.

25.1. Informações desagregadas da receita: A receita operacional consolidada da Companhia é oriunda da venda de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível e gás natural e energia renovável de fonte eólica no âmbito do PROINFA, é composta conforme segue:

Segmentos	31/12/20 Fonte eólica	Fonte térmica	31/12/19 Fonte eólica	Fonte térmica
Vendas de energia	**200.048**	**147.364**	186.216	138.771
Suprimento de Energia Elétrica	**(34.898)**	**–**	(27.643)	–
Receita com operação e manutenção - O&M	**–**	**38.972**	–	36.448
Outras receitas	**86**	**1.422**	30	7
Total receita bruta	**165.236**	**187.758**	158.603	175.226

25.2. Ativos e passivos de contrato: Em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente, os ativos e passivos vinculados à venda de energia, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como ativos e passivos de contrato e apresentam os seguintes saldos:

	Consolidado 31/12/20	31/12/19
Contas a receber (Nota 7)	**57.156**	77.365
Passivos de contrato (Nota 22)	**32.821**	27.103

Para o período findo em 31/12/2020, a Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos de contrato. **25.3. Obrigações de performance:** A Companhia possui uma única obrigação de performance de contrato e que é satisfeita pela entrega da energia, momento em que o ativo é considerado transferido para o cliente, sendo o pagamento dentro do prazo de 20 a 45 dias. **26. Custo das vendas e dos serviços prestados:**

	Consolidado 31/12/20	31/12/19
Custo de depreciação	**(42.257)**	(41.714)
Operação e manutenção (i)	**(32.374)**	(45.708)
Salários e encargos	**(14.186)**	(14.881)
Custos de operação	**(13.016)**	(12.321)
Amortização mais-valia (ii)	**(10.844)**	(10.844)
Custos de seguros	**(4.091)**	(4.597)
Aluguel de máquinas e equipamentos	**(3.849)**	(4.096)
Recontabilizações de energia MCP	**(1.725)**	(1.613)
Compra de energia para cobertura de lastro (iii)	**(1.452)**	–
Outros custos	**(4.865)**	(3.249)
	(128.659)	(139.023)

(i) Saldo de operação e manutenção para o período, representa os valores investidos em manutenção periódica dos aerogeradores da controlada NEO R$13.016 (R$12.321 em 31/12/2019) e dos motores da controlada indireta RAESA R$12.636 (R$25.290 em 31/12/2019). A redução da investida RAESA deu-se principalmente em virtude: (i) no período de 2019 ocorreram serviços de inspeção e manutenções excepcionais nos motores para eliminação de efeitos de cam effect; (ii) no período de 2020 houve redução dos serviços de *overhaul*, visto o projeto de conversão de 100% dos motores a gás natural iniciado neste período. (ii) Refere-se à amortização da mais-valia dos ativos fixos imobilizados e intangíveis existentes na data da avaliação pela aquisição de controle da investida NEO, a serem depreciados pela vida útil estimada dos ativos existentes na data da avaliação. (iii) Operação realizada para venda de lastro de energia, conforme apresentado na Nota nº 25, referente a cobertura das perdas de conexão da rede básica vinculada ao contrato de venda de energia da investida RAESA.

27. Despesas operacionais: 27.1. Gerais e administrativas:

	Controladora 31/12/20	31/12/19	Consolidado 31/12/20	31/12/19
Serviços jurídicos	**(2.635)**	(3.283)	**(4.485)**	(6.604)
Impostos e taxas (i)	**(19)**	(2.106)	**(122)**	(2.869)
Prestação de serviços de terceiros	**(787)**	(273)	**(5.810)**	(6.213)
Honorários da administração	**(714)**	(398)	**(1.997)**	(1.611)
Honorários de conselho	**(251)**	(186)	**(1.158)**	(951)
Serviços de auditoria	**(714)**	(458)	**(1.079)**	(856)
Armazenagem	**–**	–	**(1.417)**	(1.502)
Despesas com viagem	**–**	–	**(342)**	(804)
Salários e encargos	**(1.446)**	(1.238)	**(1.448)**	(1.241)
Provisão para perda de créditos esperadas (ii)	**–**	(22.054)	**(12.873)**	(25.106)
Provisão para demandas judiciais (iii)	**–**	–	**638**	9.569
Outras despesas operacionais	**304**	(340)	**(1.551)**	(2.629)
	(6.262)	(30.336)	**(31.644)**	(40.817)

(i) Variação devida pelos ajustes de adesão versus consolidação ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT/PRT) ocorrido no exercício de 2019. (ii) O montante consolidado apresentado em 31/12/2020, substancialmente, refere-se a provisão de perda para os ressarcimentos do fundo CCC, conforme descrito na Nota n° 7. Referente ao período de 31/12/2019 refere-se a provisão de perda com partes relacionadas, equivalente a diferença dos ativos e passivos, ao qual encontram-se em discussão no Procedimento Arbitral CMA 520, instaurado para resoluções e entendimento de obrigações previstas no Contrato de Reorganização Acionária e de Financiamento da Companhia (vide Nota n° 10). (iii) Variação devida pelo fato de 2019 ter ocorrido o estorno da provisão, referente à construtora Jole, pois, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos houve alteração no prognóstico de perda onde o risco da causa passou a ser avaliado como possível, ao invés de provável, não sendo necessário manter constituição de provisão. **27.2. Outras receitas (despesas):**

Outras receitas (despesas)	Controladora 31/12/20	31/12/19	Consolidado 31/12/20	31/12/19
Perda de valor recuperável	**–**	–	**77**	–
Receita de sinistro de bens (i)	**6**	–	**14.273**	17.142
Recuperação de despesa (ii)	**–**	–	**–**	5.433
Outras receitas/(despesas)	**17**	(43)	**(2.160)**	17
	23	(43)	**12.190**	22.592

(i) Do valor total consolidado, o montante de R$14.266 refere-se ao recebimento de indenização de seguro pelo sinistro à quebra de eixo de motor aplicado na operação da investida RAESA. (ii) Referente à recuperação de despesas de impostos de importação referente a pena de perdimento de equipamentos (posteriormente revertida pela RFB) da controlada Itapebi.

28. Resultado financeiro:

	Controladora 31/12/20	31/12/19	Consolidado 31/12/20	31/12/19
Rendimento de aplicação financeira	**89**	77	**5.491**	9.488
Juros ativos sobre créditos tributários	**16**	246	**1.579**	2.783
Variações cambiais ativas (i)	**–**	129	**6.865**	262
Juros sobre arrendamento financeiro	**–**	–	**9.505**	10.633
Bônus adimplência (ii)	**–**	–	**3.411**	10.752
Receita atualização de acordos	**–**	–	**–**	4.132
Outras receitas financeiras	**1**	692	**168**	837
Total de receitas financeiras	**106**	1.144	**27.019**	38.887
Juros sobre empréstimos	**–**	–	**(86.981)**	(80.286)
Juros sobre debêntures	**(2.031)**	(845)	**(2.031)**	(845)
Juros passivos sobre mútuos	**(122)**	96	**–**	–
Multas e acréscimos sobre débitos tributários (iii)	**(6)**	3.037	**(226)**	794
Multas contratuais	**–**	–	**(11)**	(7.280)
Variações monetárias passivas	**(1.306)**	(856)	**(86.762)**	(41.534)
Impostos sobre Operação Financeira (IOF) (iii)	**(145)**	2.104	**(1.771)**	1.253
Atualização de arrendamentos	**(90)**	(282)	**(2.425)**	(1.908)
Provisão para desmantelamento	**–**	–	**(2.524)**	(1.985)
Outras despesas financeiras	**(44)**	(692)	**(8.752)**	(7.341)
Total de despesas financeiras	**(3.744)**	2.562	**(191.483)**	(139.132)
Total do resultado financeiro	**(3.638)**	3.706	**(164.464)**	(100.245)

(i) Variação das importações vinculadas ao contrato *Offshore* do fornecedor Wartsila Filand referente ao projeto de conversão dos motores para operação em 100% gás natural da investida RAESA. (ii) Variação devido ao congelamento do financiamento BNB conforme descrito na Nota n° 20. (iii) No exercício de 2019, a Companhia reconheceu estorno de despesas financeiras em virtude dos ajustes de adesão *versus* consolidação ao Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

29. IR e CS: A Companhia e suas controladas são tributadas pelo regime de Lucro Real e no período de nove meses, findo em 31/12/2020, acumulava prejuízos fiscais e bases negativas de CS o montante consolidado de R$951.302 (R$927.165 em 31/12/2019).

	Controladora 31/12/20	31/12/19	Consolidado 31/12/20	31/12/19
Resultado antes do IR e da CS	**(57.836)**	(27.972)	**(64.674)**	(22.925)
	34%	34%	**34%**	34%
(Despesa) crédito de IR e CS esperada	**19.664**	9.510	**21.989**	7.795
Adições (exclusões)				
Equivalência patrimonial	**(17.008)**	(442)	**–**	(8.510)
Despesas indedutíveis	**(77)**	–	**2.515**	(299)
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	**–**	(1.378)	**–**	(1.378)
Provisão sem constituição de imposto diferido	**194**	(8.536)	**(23.914)**	(13.029)
Lucro da exploração - Sudam	**–**	–	**4.997**	–
Prejuízo fiscal sem constituição de diferido	**(2.773)**	–	**(5.332)**	3.332
Prejuízo fiscal compensado no PRT - PERT	**–**	690	**–**	(727)
Outros	**–**	–	**259**	3.492
(Despesa) crédito de IR e contribuição efetiva	**–**	(156)	**514**	(9.324)
IR e CS				
Corrente	**–**	(846)	**(8.170)**	(8.597)
Diferido	**–**	690	**3.687**	(727)
Incentivos fiscais (i)	**–**	–	**4.997**	–
	–	(156)	**514**	(9.324)
Alíquota efetiva	**0%**	1%	**-1%**	-41%

(i) Incentivo fiscal SUDAM, deferido no período pela Companhia através do Laudo Constitutivo nº 97/2020. Este incentivo possibilita a redução de carga tributária às pessoas jurídicas que mantêm empreendimentos em operação na Amazônia. **30. Seguros:** A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela Diretoria como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil e de administração inerente a suas atividades. Os valores segurados são contratados visando a proteção relacionadas a possíveis perdas e danos a terceiros e ao patrimônio e referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro. No exercício findo em 31/12/2020, o montante global segurado, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade está assim distribuído:

Cobertura	Vigência:	Controladora Importância segurada	Prêmio equivalente
Responsabilidade administração	02/06/2021	**60.000**	**287**
Outros	19/06/2021	**2.615**	**1**
		62.615	**288**

Cobertura	Vigência	Consolidado Importância segurada	Prêmio equivalente
Risco operacional	13/07/2021	**746.950**	**4.674**
Responsabilidade administração	01/08/2021	**80.000**	**297**
Responsabilidade cível	01/08/2021	**20.000**	**7**
Outros	25/06/2021	**56.566**	**176**
		903.516	**5.154**

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros ao qual foi determinado pela Companhia, que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. **31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Diretoria da Companhia. Valor justo versus valor contábil: A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31/12/2020, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

		Controladora 31/12/20 Contábil	Valor justo	31/12/19 Contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	Valor justo	**1.355**	**1.355**	842	842
Mútuo com partes relacionadas (Nota 10.2)	Custo amortizado	**467.720**	**467.720**	468.680	468.680
Passivos financeiros					
Fornecedores (Nota 18)	Custo amortizado	**98**	**98**	691	691
Passivos de arrendamentos (Nota 11)	Custo amortizado	**572**	**572**	2.952	2.952
Mútuo com partes relacionadas (Nota 10.2)	Custo amortizado	**11.400**	**11.400**	–	–
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	Custo amortizado	**12.531**	**12.531**	9.194	9.194

		Consolidado 31/12/20 Contábil	Valor justo	31/12/19 Contábil	Valor justo
(Ativo circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	Valor justo	**121.401**	**121.401**	102.202	102.202
Contas a receber (Nota 7)	Valor justo	**57.156**	**57.156**	77.365	77.365
Mútuo com partes relacionadas (Nota 10.2)	Custo amortizado	**449.279**	**449.279**	449.279	449.279
(Passivo circulante e não circulante)					
Fornecedores (Nota 18)	Custo amortizado	**227.038**	**227.038**	229.722	229.722
Passivos de arrendamentos (Nota 11)	Custo amortizado	**572**	**572**	2.952	2.952
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	Custo amortizado	**1.370.117**	**1.370.117**	1.304.266	1.304.266

Controladora 31/12/20	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (Nota 18)	**98**	**98**	**98**	–	–	–	–
Passivos de arrendamentos (Nota 11)	**572**	**572**	**448**	**124**	–	–	–
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	**12.531**	**12.531**	**12.531**	–	–	–	–

Consolidado 31/12/20	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (Nota 18)	**227.038**	**227.038**	**227.038**	–	–	–	–
Passivos de arrendamentos (Nota 11)	**17.861**	**17.861**	**1.345**	**1.214**	**1.090**	**2.182**	**12.030**
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	**1.370.117**	**1.370.117**	**749.452**	**130.825**	**72.080**	**153.250**	**264.510**

b) *Risco de crédito:* Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia realiza operações somente em instituições financeiras avaliadas com *rating* A ou superior. Os recursos são aplicados em renda fixa e evita a concentração em mais de 50% do valor total de caixa disponível em uma única instituição financeira.

	Controladora 31/12/20	31/12/19	Consolidado 31/12/20	31/12/19
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	**1.355**	842	**121.401**	102.202
Contas a receber (Nota 7)	**–**	–	**57.156**	77.265
Mútuo com partes relacionadas (Nota 10.2)	**467.720**	468.680	**449.279**	449.279

c) *Risco de mercado:* *Risco de taxa de juros:* A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	Controladora 31/12/20	31/12/19	Consolidado 31/12/20	31/12/19
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	**1.355**	842	**121.401**	102.202
Contas a receber (Nota 7)	**–**	–	**57.156**	77.365
Operações com partes relacionadas (Nota 10.2)	**467.720**	468.680	**449.